

# **A MULTIPLICIDADE DE PAPÉIS DA MULHER CONTEMPORÂNEA E OS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL**

## **THE MULTIPLICITY OF ROLES OF CONTEMPORARY WOMEN AND THEIR IMPACTS ON MENTAL HEALTH**

Clarissa Raquel Bezerril Brito

*Acadêmica do 10º semestre do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG*

Júlia Felfilli Radis

*Acadêmica do 10º semestre do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG*

Júlia Gabrielli Moraes Silva

*Acadêmica do 10º semestre do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG*

Mariana Paiter Gozzo

*Acadêmica do 10º semestre do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG*

Vitor Yuishi Correa Kurossaki

*Acadêmico do 10º semestre do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG*

Carine Muller Paes de Barros

*Orientadora e Docente do curso de Psicologia do UNIVAG*

### **Resumo:**

**Introdução:** O presente trabalho busca contextualizar e investigar o adoecimento psíquico das mulheres multipapéis, a partir destes que lhes são atribuídos e aceitos na sociedade.

**Objetivos:** Explorar o impacto da sobrecarga de papéis na saúde mental da mulher multipapel e discutir suas implicações.

**Metodologia:** A pesquisa, qualitativa e bibliográfica, utiliza a técnica de análise de conteúdo de Bardin para examinar a construção social dos papéis femininos e suas consequências. A análise se baseia em 12 artigos publicados entre 2019 e 2023 nas plataformas Scielo, Lilacs e BVS, em português e entre os anos de 2019 a 2023, originais e em sua íntegra, onde ao total foram encontrados 12 artigos que se enquadram nos critérios estabelecidos. **Resultados:** A pesquisa evidenciou que a conformidade aos papéis sociais atribuídos às mulheres contribui significativamente para o adoecimento psíquico. As cobranças sociais, muitas vezes baseadas em expectativas históricas, sobrecarregam a mulher multipapel e afetam sua saúde mental. **Conclusão:** O adoecimento psíquico das mulheres multipapel está diretamente relacionado à rigidez dos papéis sociais, exigindo reflexões mais

profundas sobre essas questões e a necessidade de ações que ofereçam suporte para minimizar tais impactos.

**Palavras chaves:** mulheres; sobrecarga; saúde mental.

---

***Abstract:***

*Introduction: The present work seeks to contextualize and investigate the psychological illness of women with multiple roles, based on these that are attributed to them and accepted in society. Objectives: Explore the impact of role overload on the mental health of multi-role women and discuss its implications. Methodology: The research, qualitative and bibliographic, uses Bardin's content analysis technique to examine the social construction of female roles and their consequences. The analysis is based on 12 articles published between 2019 and 2023 on the Scielo, Lilacs and BVS platforms, in Portuguese and between the years 2019 and 2023, original and in their entirety, where in total 12 articles were found that fit the established criteria . Results: The research showed that conformity to the social roles attributed to women contributes significantly to psychological illness. Social demands, often based on historical expectations, burden multi-role women and affect their mental health. Conclusion: The psychological illness of multirole women is directly related to the rigidity of social roles, requiring deeper reflections on these issues and the need for actions that offer support to minimize such impacts.*

**Keywords:** woman; overload; mental health.

---

## Introdução

O presente artigo busca contextualizar e investigar o adoecimento psíquico das mulheres multipapéis frente aos papéis a elas incumbidos e aceitos. Para melhor entender o conceito que será abordado, a mulher multipapéis, se faz necessário compreender o “papel” dela na sociedade e como esta se constituiu ao longo da história. De acordo com De Magalhães (1980) já nas leis romanas e gregas mais antigas citavam que a mulher estava sob o poder do marido e davam a este o nome de “*manus*”, a que vem da “*manus*” do pai para a “*manus*” do marido, onde este detentor do poder de posse da mulher, se estivesse prestes a morrer, poderia até passar a posse da mulher para algum tutor. Ainda na Índia antiga, o Código de Manu, elaborado há cerca de 2100 anos, é um dos textos jurídicos mais antigos, contendo leis e regras de conduta para indivíduos, comunidades e nações, e dizia que uma mulher nunca poderia governar-se à sua vontade, estando sempre subjugada a uma figura masculina. (Nina-e-Silva; Alvarenga, 2017).

Diante disso, faz-se necessário a discussão do “papel” desempenhado pela mulher, esse que, de acordo com Negreiros e Feres-Carneiros (2004) se dá através de um sistema normativo que organiza e regula a interação social por meio de regras que definem comportamentos aceitáveis e inaceitáveis, e estabelece consequências para a violação dessas regras. Dizer isso é dizer que há elementos já esperados e atribuídos nas figuras femininas e masculinas, visão binária, provido de elementos esses que circundam aprovações, restrições, julgamentos sob a frustração de tais ideais muitas vezes não serem atingidos, e ideais esses que são passados por meio das relações em sociedade, a cada geração (Negreiros; Feres-Carneiros, 2004).

A visão binária citada acima diz respeito ao binarismo presente na sociedade heteronormativa considerando a realidade brasileira que é culturalmente e predominantemente machista. É importante dizer aqui que foi pensado no alcance deste, o lugar de fala dos autores desse trabalho é cisgênero, porém sabe-se que a vivência trans é completamente distinta e interseccional levando em consideração a somatória de violações que podem sofrer em seus recortes. De acordo com Merlini (2022, p. 7) o que diz respeito ao binário e o não-binário pode-se compreender que se trata de um “um produto social, esta (nova) dicotomia encerra duas grandes configurações normativas de gênero. É uma construção investida na divisão Nós/Outros que nomeia um inimigo comum”. E que é nesse contexto que quem se coloca em uma posição autocrática é a posição binária, onde um gênero

se sobrepõe ao outro principalmente no que diz respeito ao anatômico/biológico “rege-se pela norma que naturaliza a diferença entre fêmea/mulher/feminino e macho/homem/masculino.” (Merlini, 2022, p.7).

Acerca dos processos sociais Merlini cita que esse processo do reconhecimento está baseado no que diz respeito ao discurso binário “seus processos de purificação cognitiva e naturalizações” (2022, p.14), caracterizando os que não se enquadram nessa lógica de maneira “transgressora” (termo utilizado pela autora) pelo não cumprimento que vem da própria palavra, sendo transgressor dessa lei que o pune: “exigências que isolam e pressionam as pessoas não binárias para corresponder a (ou transformar as) práticas conhecidas.” (Merlini, 2022, p. 14).

A autora traz ainda as diferenças que há entre o reconhecimento para si e em si, onde o primeiro diz respeito de uma estrutura que:

Contém elementos plurais passíveis de serem atribuídos, apropriados e interpretados em diferentes modalidades, mas com um referente hierarquizante que ordena e demarca os horizontes de expectativa e os espaços de experiência. Um centro hegemônico contestado, mas cujas convenções dominantes são socialmente prevenidas e mantidas (Merlini, 2022, p. 14)

E para sim como algo do campo da identificação onde através dela há um movimento de um conjunto de especificidades e performances de “(...) gênero e da multiplicação dos descritivos de experiências alternativas. Podendo ser entendida como uma alternativa discursiva de legitimação do gênero (não exclusivo)” (Merlini, 2022, p. 14).

Conforme Abreu (2016), o novo cenário da mulher contemporânea é marcado pela sua capacidade de exercer praticamente qualquer profissão, ampliando as possibilidades, refletindo as muitas mudanças que ocorreram ao longo do tempo, desde épocas em que as mulheres tinham suas opções profissionais mais restritas. No entanto, ainda hoje, muitas mulheres enfrentam o desafio de equilibrar múltiplos papéis, como profissional, esposa e mãe, muitas vezes atuando no limite de suas capacidades. Essas disparidades refletem desafios persistentes enfrentados pelas mulheres no mercado de trabalho e na esfera doméstica, destacando a necessidade contínua de promover a igualdade de gênero e a valorização do trabalho feminino (Abreu, 2016).

Diante do exposto, articula-se a sobrecarga da mulher frente às multifunções que lhe são postas, mediante sua configuração por meio do social e papéis sociais que lhe são impostos ou atribuídos, ocasionando assim intenso sofrimento psíquico e em decorrência disso seu adoecimento, podendo vir a surtir impactos tanto nas redes de atenção à saúde como também nas redes de atenção psicossocial, não devendo se omitir os impactos sociais sofridos

pela estrutura social vivenciada na atualidade, nas estruturas familiares, bem como mercado de trabalho.

Como objetivo geral, a presente pesquisa investiga as características da mulher multipapéis e as consequências em sua saúde mental decorrentes da multiplicidade de papéis que ocupa. Para isso, pretende-se enquanto objetivos específicos: caracterizar as diversas tarefas exercidas pelas mulheres, analisar as pressões sociais que lhes são impostas e examinar as implicações dessas pressões na saúde mental da mulher multipapéis e comparar artigos publicados por autores de diferentes gêneros (apenas feminino, apenas masculino e de gêneros mistos) sobre a temática da sobrecarga feminina, a fim de compreender como as expectativas e demandas sociais contribuem para o bem-estar psicológico das mulheres e como essas questões podem influenciar sua saúde mental em um nível mais amplo.

### **A divisão sexual do trabalho**

Em uma sociedade patriarcal brasileira, a mulher, por vezes, ocupou um papel restrito ou subvalorizado em relação ao homem, de acordo com Souza (2016), era como se se pudesse segregar a mulher na esfera privada e o homem na esfera pública e neste contexto os homens predominavam o papel de provedores e as mulheres ficavam com a função dos cuidados do lar. Ainda neste contexto, era como se o homem tivesse uma função natural ao espaço público e produtivo, ou seja, eles saíam de casa para trabalhar, se relacionar com a sociedade, fazer sua contribuição com o sistema econômico vigente do local e época enquanto a mulher cuidava da casa e da família ocupando o lugar privado e reprodutivo. O autor argumenta também que a dicotomia entre essas esferas afirma e estabelece a divisão sexual do trabalho.

Segundo Baylão e Schettino (2014) a entrada da mulher ocorreu em maior número no mercado de trabalho através da necessidade de suas contribuições para o ganho financeiro de sua família, durante o século XVIII devido a Revolução Industrial foi observado na época a mão de obra feminina como algo de interesse, pois as indústrias tinham como objetivo baratear os custos salariais as contratando. A partir disso é possível observar mudanças importantes ao longo dos anos com a entrada da mulher no mercado de trabalho, onde elas passam a ocupar um espaço que antes pertencia aos homens ao passo que continuam com suas funções culturalmente consideradas “da mulher”. Essa mudança provoca uma quebra de paradigma, de padrões e de comportamentos sociais, o que eleva o índice de discriminação de gênero, refletindo também nas questões salariais. De acordo com Pereira *et al.* (2005), essas mudanças continuam produzindo uma segregação de gênero, ainda que as características

profissionais entre eles sejam as mesmas. Os estereótipos que definem o papel feminino se somam a modernização das mulheres no mercado de trabalho, as pressões de gênero designadas e reforçadas pelo modelo patriarcal da sociedade, imprime as mulheres como sujeitos sociais que precisam desempenhar papéis de cuidadoras do lar, da família, do marido e dos filhos, independente de suas ações laborais (Duarte; Spinelli, 2019).

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), no ano de 2022 o montante do número de horas dedicadas por mulheres aos cuidados tanto de pessoas quanto direcionados aos afazeres domésticos é quase o dobro do que por homens, chegando as mulheres a dedicarem 21,3 horas e os homens com o montante de 11,7 horas. Além disso, os dados apontam também que mulheres em dupla jornada, especificando-se essa jornada em ocupação no mercado de trabalho e serviço doméstico não remunerado, acumulam uma carga horária semanal de 54,4 horas, enquanto que homens sob a mesma perspectiva, acumulam-se 52,1 horas (IBGE, 2022).

Bruschini (2007), aponta que há a revelação de uma nova identidade feminina, que se volta tanto para o trabalho quanto para a família, e há a permanência das novas trabalhadoras ainda no papel de agente cuidadora da família e dos afazeres domésticos. Araújo (2016), traz que a noção de divisão sexual do trabalho e suas implicações são fatores que levam a reflexão sobre: “as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, segregação ocupacional, cuidado e trabalho doméstico, migração, precariedade e subemprego” (Araújo, 2016, p. 1). Essas noções, por sua vez, são de caráter permeado pela história, sendo de acordo com o IBGE (2022), a acentuação de uma diferença por cor e raça também nos anos de 2016 a 2022. Portanto, ainda que a mulher venha a assumir um novo lugar, tem-se a vinculação a seus conceitos tradicionais, o que impacta na função de papel do que se espera de uma mulher que assume ou necessita assumir a função de dupla jornada.

A mulher, de acordo com o IBGE (2022), tem sua presença restringida no mercado de trabalho quando se encontra na função de agente de promoção de cuidados familiares e domésticos, ou seja, não consegue participar de forma ampla e se insere num esquema de tomadas de decisões que impactam sua participação no mercado de trabalho. Quando inserida no mercado de trabalho, conforme dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (Brasil, 2024), as mulheres chegam a receber 19,4% a menos que os homens, segundo consta no relatório de transparência nacional. O direito à igualdade salarial para trabalhadores em função de mesmo valor é assegurado pela própria Constituição Federal e pela Consolidação das Leis do Trabalho, no entanto possui lacunas quando observados na realidade, e tentam ser preenchidos sob a forma de legislação da Lei nº 14.611/2023, o Decreto nº 11.795/2023 e a

Portaria nº 3.714/2023 (Brasil, 2024). Madalozzo, Martins e Shiratori (2010), trazem a perspectiva de uma valorização social do trabalho a nível doméstico da mulher, e com isso sua diminuição no mercado de trabalho, sendo um ciclo vicioso e retroalimentado, havendo a necessidade de um barganha familiar da mulher tendo em vista sua posição laboral, tanto dentro do ambiente do lar como fora dele.

Tendo em vista o que foi exposto, é analisável que a mulher se atualiza na sua participação no mercado de trabalho, mas ainda enfrenta sérias dificuldades, tanto em termos de igualdade de ganho salarial, e mais acentuadamente em termos de sobrecarga frente a incumbência de uma dupla jornada de trabalho, sendo o trabalho doméstico não remunerado e atribuído em ciência de conhecimento popular como “natural da mulher”.

### **Saúde mental e saúde da trabalhadora**

De acordo com o relatório sobre a saúde mental no mundo (Organização Mundial da Saúde, 2001), as mulheres estão mais suscetíveis a desenvolver transtornos mentais, manifestando sofrimento psíquico, sofrimento esse advindo da multiplicidade de papéis a ela atribuídos:

As mulheres continuam a arcar com o fardo das responsabilidades de serem, simultaneamente, esposas, mães, educadoras e prestadoras de cuidados e a terem uma participação cada vez mais essencial no trabalho, sendo a principal fonte de rendimento em cerca de um quarto a um terço das famílias. Além das pressões impostas às mulheres em virtude do alargamento dos seus papéis, não raras vezes em conflito, elas enfrentam uma significativa discriminação sexual e as concomitantes pobreza, fome, desnutrição, excesso de trabalho e violência doméstica e sexual. (Organização Mundial da Saúde, 2001, p. 46).

A OMS (2001) destaca ainda que uma em cada quatro pessoas enfrentará algum tipo de transtorno mental ao longo da vida. Especificamente, as internações psiquiátricas de mulheres por transtornos de humor e uso de álcool estão em ascensão, assim como aquelas relacionadas a transtornos mentais por consumo de substâncias psicoativas, especialmente durante o período puerperal. Diante disso, Pereira (2019), ao fazer um apanhado sobre a reforma psiquiátrica e sua relação política às mulheres, retoma a construção histórica a respeito do adoecimento mental e o quanto este aspecto foi atrelado a um biologicismo e construções sociais frente às relações de gênero, sob a desconsideração de um sistema social em que estas relações se estabeleciam. Sob um aspecto de patologização dos femininos associadas a um caráter histórico de biologicismo, tem-se a tentativa de medicalizar as experiências da loucura, bem como o sofrimento dessas mulheres sob o viés psicossocial (Pereira, 2019). Frente a isso, pode-se dizer que ainda reverbera este discurso, e mulheres,

conforme os dados trazidos, ainda permanecem inseridas no ciclo de adoecimento psíquico sendo desconsideradas em grande parte da ótica em que são fortemente atingidas, o psicossocial.

Uma pesquisa conduzida por Zanella e Silva (2012), revelou uma variedade significativa na incidência de sintomas e diagnósticos de transtornos mentais entre os gêneros. Durante o levantamento de sintomas em prontuários hospitalares, os autores observaram uma disparidade marcante. No grupo masculino, foram identificados 290 sintomas, distribuídos em 107 tipos, incluindo insônia, agressividade, ansiedade, tristeza e depressão, entre outros. Já no grupo feminino, foram encontrados 913 sintomas, divididos em 174 tipos. Além dos sintomas mencionados anteriormente, os prontuários femininos apresentavam problemas no relacionamento, frustração com a carga familiar, sensibilidade histórica, culpa, maternidade e fragilidade emocional, entre outros, que não foram observados nos prontuários masculinos.

Segundo Zanella e Silva (2012) “Podem-se perceber diferenças percentuais relevantes na incidência de certos sintomas por sexo. Dentre as mulheres, destaca-se a presença de insônia, ansiedade, tristeza, choro (...), angústia, irritabilidade, depressão, nervosismo, desânimo, dificuldades nas relações, dor (...)” (p. 273). Alguns sintomas trazidos apresentam diferenças percentuais comparadas ao sexo masculino discrepantes.

De acordo com a pesquisa realizada por Zanella e Silva (2012, p. 272), o percentual dos sintomas como ansiedade apresentado na tabela dos sintomas masculinos foi de 13%, a tabela de sintomas femininos apresentou o percentual de 34%, em relação ao sintoma do choro o percentual masculino foi de 1,5%, o feminino apresentou o percentual de 25% , dentre outros sintomas que foi possível observar a discrepância percentual. Evidenciando os impactos mentais e emocionais da sobrecarga enfrentada pelas mulheres, além da pressão imposta pelos papéis de gênero na sociedade.

A multiplicidade de funções desempenhadas pelas mulheres, muitas vezes sem o devido suporte e reconhecimento, pode contribuir significativamente para o surgimento e agravamento de transtornos mentais. Portanto, é fundamental promover políticas e práticas que reconheçam e abordem esses desafios, visando melhorar a saúde mental e o bem-estar das mulheres.

### **Multipapéis do público feminino**

Histórica e estruturalmente a sociedade brasileira entende a mulher no papel de mãe, dona de casa e esposa e até antes disso já era colocada numa posição social subjugada,



subalterna e complementar ao homem, conforme aponta Tonelli (2023). À mulher, houve um percalço em sua história traçado desde assumir um papel incumbido ao lar, até ser status para o marido a sua entrada no mercado de trabalho, onde os avanços foram sendo singelos com a entrada gradual da mulher no mercado de trabalho a partir das 1ª e 2ª guerra mundial (Tonelli, 2023).

O avanço do crescimento industrial pós-guerra configurou o modelo familiar nuclear numa organização social e do trabalho em que os homens ficam na esfera pública, em que o capitalismo industrial os colocam como chefe da família e as mulheres reclusas e restringidas em seus afazeres domésticos e reprodutivos, atividades vistas sem qualquer valor (Tonelli, 2023). Essa visão ainda se encontra presente mas, decorrente de movimentos e conquistas do movimento feminista provenientes dessa busca, a mulher moderna procura um espaço diferente desse apresentado, quando antes considerada um complemento à existência do homem. De acordo com Fleck e Wagner (2003), existia uma divisão de papéis onde o homem se enquadra no papel de provedor com autonomia para estabelecer regras e delegar funções em contrapartida a mulher nesse contexto se enquadra como a que cuida da casa, que não possui autonomia e “reclusa às atividades desenvolvidas unicamente dentro de casa e que pouco se tem levantado sobre a mudança desses respectivos papéis na atualidade.

Na atualidade, com a possibilidade e a conquista do espaço da mulher no mercado de trabalho o embate toma uma outra forma, pois não houve aí a desfragmentação total da imagem da mulher subalterna e atrelada a ideia de manutenção do lar e submissa ao homem; mas sim uma soma desse papel a ela incubido à questão laboral e mercadológica, sendo posta ainda no âmbito da constituição familiar e seus atravessamentos frente ao mercado de trabalho, a diferença das relações estabelecidas entre homens e mulheres mediante os conflitos enfrentados no sentido do atrelamento e conciliação entre família e trabalho, sendo os homens mais atravessados pelo conflito trabalho-família, sendo o trabalho o ponto foco; já as mulheres são mais atravessadas pelo conflito família-trabalho, o que já aponta o atrelamento da mulher às questões de gênero e seu “papel” incubido pelo social (Pereira *et al.*, 2011).

Diante disso, Pereira *et al.* (2011) afirma que diante desses fatores estressores e de sobrecarga as mulheres tendem a apresentar com mais frequência cansaço físico e mental, como consequência tendem a demonstrar mais irritabilidade e indisposição no âmbito familiar. Os autores apontam ainda que “as mulheres assumem para si o controle doméstico e que, inclusive, têm dificuldades de dividir com seus cônjuges as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos” (p. 570). Diante disso, observa-se que a dificuldade das mulheres

em compartilhar tarefas parece estar profundamente ligada ao impacto social das expectativas tradicionais de gênero, que moldam e restringem os papéis que se espera que desempenhem.

Diniz (2004 *apud* Santos; Diniz, 2018) discorre sobre a variabilidade de atravessamentos aos quais atingem a saúde mental da mulher, sendo eles sociais, culturais, econômicos, relacionais, educação, raciais, sem desconsiderar os fatores biológicos. Para tanto, conclui-se que “Há riscos decorrentes, muitas vezes, da multiplicidade de papéis desempenhados e das inúmeras situações estressoras às quais as mulheres estão mais propensas” (Santos; Diniz, 2018, p. 39).

Em relação à essas tarefas passa a ser relacionado ao quantitativo, o que o capitalismo chama de eficiência e no que diz respeito à mulher existe a pressão de que nesse caminho se está “sempre correndo o perigo de sermos devagar na linha de produção ou de estarmos atrasados para o trabalho” (D’Elia, 2014, p. 52 *apud*. Johnson, 1978, p. 42), onde se impõe a condicional de para se manter nesse lugar conquistado necessariamente precisa ser produtiva o tempo todo e prezando a rapidez desses acontecimentos, como já citado pelos autores.

Ademais no que diz respeito à função colocada de multitarefa D’Elia (2014) disserta que além de toda essa pressão imposta se tem um fator muito presente onde a mulher “experimenta a vida de um modo acelerado”, ou seja, espera-se que se solucione todas essas tarefas em um tempo muito curto. Ainda de acordo com a autora o fator temporalidade está aliado à pressão a medida em que afeta especialmente as mulheres, que são prejudicadas pela distribuição desigual do trabalho não-remunerado” (*apud*. Bittman; Wajcman, 2000; Mattingly; Bianchi, 2003).

Conseguir um segundo emprego nunca nos libertou do primeiro. Ter dois empregos apenas significou para as mulheres possuir ainda menos tempo e energia para lutar contra ambos. Além disso, uma mulher, trabalhando em tempo integral fora ou dentro de casa, casada ou solteira, tem que gastar horas de trabalho na reprodução da sua própria força de trabalho, e as mulheres bem sabem a tirania dessa tarefa. (FEDERICI, 2019, p. 69).

A temporalidade alia-se ao fato de causar o que D’Elia (2014) chama de permanentemente ansiosa no quesito demandas futuras das atividades rotineiras. “O tempo livre é convertido em tempo de consumo porque o tempo gasto que não seja com a produção, ou com o consumo, é cada vez mais visto como tempo perdido.” (D’Elia, 2014, p.52).

Ainda sobre esse tema é muito importante que se diga como se dá o processo de ser e se reconhecer como mulher. De acordo com a Simone Beauvoir, uma grande influência para o movimento feminista, em seu livro *O segundo sexo*: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.” (1949, p.9). Partindo desse pressuposto, entende-se que ser mulher é parte de uma construção social, assim como a crítica apresentada no nome do seu livro, trazendo a mulher

como subalterna sendo o “segundo” e por conseguinte sendo direcionada a diversos papéis como serão postos no decorrer deste.

### **Gênero, raça e classe**

A distinção entre sexo e gênero feito por Money e Hampson (1995), se deu pela impossibilidade de classificar as pessoas em macho e fêmea, devido ao dimorfismo sexual. Dentro deste contexto, o feminismo agrega a essa discussão as dimensões de poder, o que possibilitou compreender a posição de opressão e subalternidade que as mulheres ocupam na sociedade.

Ainda de acordo com Money e Hampson (1995), o gênero é compreendido pelas representações sociais, espaços, características, expectativas e práticas que não designados a homens e mulheres, o que resulta nas diferenças culturais e sociais entre eles e refletem nas relações desiguais de poder na vida pública e privada de um homem e uma mulher.

Segundo Guedes (1995), a linguagem que é direcionada para definição de mulher no próprio dicionário é acompanhada de expressões subjugadas como por exemplo, “mulher à toa, mulher da rua, mulher da vida, mulher de má nota, etc.” Já para o significado da palavra homem, as expressões usadas pelo mesmo dicionário são “homem da lei, homem de deus, homem de bem, homem de negócios, etc.” (p. 6). Nota-se então, através de definições gramaticais a posição que a própria língua coloca a mulher e isso reflete-se no comportamento da sociedade. Ainda de acordo com Guedes (1995), percebemos também além de uma dualidade de sentidos, uma comparação de pesos e poderes para os termos homem e mulher.

Resgatando as diferenças culturais e sociais trazidas anteriormente Grosfoguel (2013), traz que a construção da ideia de "penso, logo existo" está enraizada no conceito de "Ego Conquisto", resultado dos processos de subjetivação do homem europeu, que se vê como racial e intelectualmente superior. Essa visão justifica a aniquilação de outros grupos considerados primitivos, irracionais e inferiores. O extermínio torna-se, assim, uma conexão entre conquista e intelectualidade, formando a base sócio-histórica que deu origem ao modelo de ciência que ainda adotamos como referência em diversas disciplinas.

Esse cenário de dominação e exploração é refletido na posição ocupada pelas mulheres negras na sociedade contemporânea. Elas estão na base da pirâmide social, enfrentando opressões simultâneas de racismo, sexismo e classismo. Ao contrário de outros grupos, como homens negros e mulheres brancas, que, mesmo oprimidos, podem exercer poder sobre outros, as mulheres negras não têm um "outro" a quem explorar ou oprimir

(Gonzaga, 2022), já os homens negros, por exemplo, podem oprimir mulheres pelo sexismo, enquanto mulheres brancas podem exercer poder sobre negros pelo racismo, mas as mulheres negras suportam o peso combinado de múltiplas opressões.

De acordo com Nascimento (2019), ainda que uma mulher branca fosse empobrecida, sua escrava tornava-se trabalhadora e exercia funções como quitandeira e outras atividades para o sustento de sua senhora. Este mesmo autor também traz informações curiosas que levam a refletir sobre a existência da mulher negra, como por exemplo, segundo Gomes (2003) utilizando os jornais da primeira metade do séc. XIX no Rio de Janeiro, nota-se a incidência de fugitivos africanos do sexo masculino e feminino e neste aspecto, a incidência maior eram do sexo masculino.

O que este autor traz é a reflexão que não era que as mulheres fugiam menos que os homens e sim que já nessa época, havia uma alta taxa de masculinidade e africanidade na população do Rio de Janeiro. De acordo com Da Penha Silva (2010) o que se refere à sexualidade da mulher negra nesta época era algo que não se enquadrava aos padrões da mulher branca, mesmo que esta fosse empobrecida.

Para a mulher negra, não havia a intenção de seus senhores que ela se reproduzisse ou procriasse, a mulher negra e grávida, era tratada com descaso e não havia nenhum tratamento durante sua gravidez. Para os senhores o que era medido era a força de produção, de trabalho escravo, pouco importava se esta estava grávida ou não. Quanto ao nascimento do bebê, muitas vezes este era abandonado pelos senhores visando diminuir a manutenção dos escravos, seria então, menos um para dispor de seus “cuidados” e se este bebê ficasse com sua mãe, estaria condenado a crescer na condição de escravo, ou seja, mais uma força de produção para seu senhor.

Gonzaga (2022) ainda aponta que as mulheres negras ocupam uma posição singular e desvantajosa na sociedade, tanto nos níveis mais baixos da pirâmide ocupacional quanto no status social mais inferior. Isso as coloca em uma situação de vulnerabilidade intensa frente às opressões de gênero, raça e classe. Além disso, historicamente, não foram socializadas para exercer o papel de opressoras, uma vez que lhes foi negada a existência de um "outro" institucionalizado a ser explorado.

Para melhor compreensão da ocupação desvantajosa da mulher é preciso saber onde surgiu tal posição historicamente. Prates e Lopes (2020), aborda que após a escravidão foi designado aos negros serviços inferiores e de baixa remuneração, enquanto os homens trabalhavam com a terra, as mulheres realizavam o trabalho doméstico. Onde havia delimitação de papéis de acordo com a raça, gênero e classe. Prates e Lopes (2020), abordam

que as mulheres brancas e burguesas eram consideradas ótimas donas de casa, sua dedicação era exclusivamente para a família, ainda que as tarefas domésticas eram voltadas às mulheres negras, as brancas burguesas recebiam os parabéns pelo ótimo cuidado. Entretanto, as mulheres que viviam em situação de pobreza enfrentavam uma realidade diferente, devido a desigualdade social, as mesmas não eram somente donas de casa mas também trabalhavam jornadas exaustivas, pois o que se obtinha com o trabalho dava somente para a subsistência.

“A divisão da população em classes sociais, profundamente desiguais, representa outra fonte de dominação, considerada absolutamente legítima pelos poderosos, e o mesmo acontece com as diversidades étnicas” (Prates e Lopes, 2020, p. 278).

Prates e Lopes (2020), afirmam que a elite tem interesse na discriminação e suas categorias, como por exemplo: mulheres, negros e homossexuais, pois quanto mais discriminada mais se sujeitará a trabalhos precários com baixa remuneração, desse modo aumentando o lucro da capital. Os trabalhos precários entre outras condições relatadas anteriormente podem gerar contextos de vulnerabilidade e adoecimento. De acordo com Sganzerla *et al.* (2020), condições de vida associadas à pobreza, poucas oportunidades de empregos remunerados entre outros, são fatores estressores que contribuem para o adoecimento físico e mental.

## **Metodologia**

Para a construção deste foi escolhido Análise de conteúdo da autora Bardin (1977), adotando para a elaboração deste trabalho a priorização de autoras mulheres. Segundo Valle *et al.* (2024) respectivo método permite uma investigação mais sistemática e rigorosa dos dados obtidos em pesquisa, explorando de forma mais estruturada e precisa, tornando possível identificar pontos em comum, categorias relevantes, entre outros. Desta forma foi realizada a pré-análise, onde ocorreu a organização e sistematização de ideias, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos.

Foram realizadas buscas de conhecimentos teóricos acerca da mulher multipapéis e os possíveis impactos na saúde mental, aprofundando na forma em que a mulher ocupa e tem ocupado seu papel perante a sociedade e a classificação do multipapel nas quais a mulher efetua. Desse modo, trabalhando no processo de reflexão social, onde pretende-se fomentar debates sobre os impactos gerados, proporcionando a elucidação da condição da mulher e os impactos na saúde mental advindos da multiplicidade de papéis por elas operadas.

Para a construção deste, foram elencados os critérios de inclusão e exclusão, sendo eles: artigos publicados entre os anos de 2019 a 2024, nas plataformas Pepsic, Scielo,

Periódicos, Lilacs e BVS publicados em língua portuguesa, artigos originais e em sua íntegra. Como descritores, serão adotados: “mulheres” + ”sobrecarga” + ”saúde mental” e como critérios de exclusão que não serão utilizados a) artigos sem fundamentação teórica, b) teses e dissertações, c) artigos que fujam a temática bem como artigos que possuam baixa classificação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes), ou seja, artigos que possuem Qualis baixa, que de acordo com a atualização do Documento técnico do Qualis Periódico da BRASIL (2023), tem-se que a classificação dos periódicos se dá pelos estratos indicativos da qualidade onde usa-se as letras do alfabeto “A, B, C” e através de numeração: 1, 2, 3 e 4. Onde A1 o mais elevado, A2, 23, A4, B1, B2, B3, B4 e C, onde o último possui pontuação zero, utilizou-se para este as classificações de A1 a B3. Foram utilizados como palavras chaves: mulheres, sobrecarga, saúde mental. Para tanto foi confeccionado um quadro (Quadro 1) com os respectivos critérios:

**Quadro 01- Artigos encontrados**

<b>Base de Dados</b>	<b>Descritores: mulheres <i>and</i> sobrecarga <i>and</i> saúde mental</b>	<b>Ano: 2019-2023</b>	<b>Língua portuguesa</b>
<b>BVS</b>	<b>4.541 artigos</b>	<b>19 artigos</b>	<b>13 artigos</b>
<b>SCIELO</b>	<b>41 artigos</b>	<b>22 artigos</b>	<b>21 artigos</b>
<b>LILACS</b>	<b>95 artigos</b>	<b>39 artigos</b>	<b>29 artigos</b>

Fonte: Quadro elaborado pelos autores conforme pesquisa em banco de dados citadas acima.

Após a verificação dos artigos e suas respectivas temáticas, foi realizada a leitura dos mesmos, analisada a classificação *qualis* para por fim eleger os artigos a serem utilizados, segue abaixo (Quadro 2) os eleitos para a análise *a posteriori*.

**Quadro 2 - Artigos eleitos para utilização**

<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Classificação</b>	<b>Ano</b>	<b>Gênero</b>	<b>Revista</b>
1. Qualidade de vida e sobrecarga de mães de crianças com microcefalia	DANIEL, B. C. S; LUANA, C. C. C; ANDRÉIA, P. B. T; FRANCISCO, P. R CRISTIANE, C. C. O; SONIA O. L.	B1	2023	<b>MISTO</b>  <b>4 mulheres</b>  <b>2 homens</b>	Rev. Enfermería Actual de Costa Rica.
2. Condições de trabalho e saúde de trabalhadoras rurais: uma revisão integrativa.	LUCIMARA, B; ELIDA, A. H; MARTA, G. P.	A4	2023	<b>MULHERES</b>  <b>3 mulheres</b>	Rev. Saúde em Debate
3. Solidão e Sobrecarga Materna em Tempos de Pandemia de COVID-19 à Luz da Escuta Psicanalítica dos Vínculos.	THASSIA, S. E; MARY, Y. O; MANOEL, A. S.	A2	2023	<b>MISTO</b>  <b>2 mulheres</b>  <b>1 homem</b>	Rev. Psico-USF

4. Fechamento das escolas durante a pandemia de covid-19: experiências maternas com filhos em idade escolar.	MARY, Y. O; MANOEL, A. S; THASSIA, S. E.	A2	2023	<b>MISTO</b> <b>2 mulheres</b> <b>1 homem</b>	Rev. Psicologia Escolar e Educacional.
5. Isolamento social e sofrimento emocional de mulheres durante a pandemia de covid-19	LAURA, R. D; JOÃO, F. L. N.	A2	2021	<b>MISTO</b> <b>1 mulher</b> <b>1 homem</b>	
6. Mulheres Profissionais da saúde e as repercussões da pandemia da Covid-19: é mais difícil para elas?	JULIA, V; ISABELA, A; KARINA, C.	A3	2022	<b>MULHERES</b> <b>2 mulheres</b>	Rev. Saúde em Debate
7. Famílias gênero e hospitalizações psiquiátricas compulsórias	ROGÉRIO, L. H; THAÍS, C. G. L; LAURA, B. P; TALIA, G.S; DALTON, G; NATACHA, R. G; GABRIELA, R. T; ANA LAURA, E;	B3	2022	<b>MISTO</b> <b>8 mulheres</b> <b>2 homens</b>	Rev. Jornal Brasileiro de Psiquiatria



	LUIZA, S. D; MARLENE, N. S.				
--	--------------------------------	--	--	--	--

8. Rede de apoio na conciliação família e trabalho: uma revisão sistemática de literatura.	EDSON, P; ODILON, G. S; LUCIANE, N. S; CRISTIANE, B; JOSIANE, L. W. A.	A2	2020	<b>MISTO</b>  <b>3 mulheres</b>  <b>2 homens</b>	Rev. Psicologia em Revista
9. Estereótipos de gênero, divisão sexual do trabalho e dupla Jornada	GIOVANA, D; LETICIA, M. S.	B3 oi	2019	<b>MULHERES</b>  <b>2 mulheres</b>	Rev. Revista Sociais e Humanas
10. Mulheres guerreiras e mães especiais? Reflexões sobre gênero, cuidado e maternidades no contexto de pós-epidemia de zika no Brasil	FERNANDA, M. D; SONIA, M. D. B; GIOVANNI, M. L.	A3	2020	<b>MISTO</b>  <b>2 mulheres</b>  <b>1 homem</b>	Rev. Saúde Coletiva

11. As percepções das perdas ocupacionais de mulheres cuidadoras dos parceiros tetraplégicos.	CARLA, V. M; ISRAEL, S. A; VITÓRIA, B. O. A; BÁRBARA, D. R; HELENA, S. C. G; RUTH, F. P.	B1	2023	<b>MISTO</b>  <b>5 mulheres</b>  <b>1 homem</b>	Rev. Revista Científica da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás *Cândido Santiago.
12. Noções e práticas de cuidado em saúde mental na perspectiva de mulheres camponesas	JAQUELINE, S; FERNANDA, B. C; LEILA, M. H; IURI, T.	B1	2021	<b>MISTO</b>  <b>3 mulheres</b>  <b>1 homem</b>	Rev. enferm. UFS,M

Fonte: Quadro elaborado pelos autores.

## 7. ANÁLISE DE DADOS

A partir da análise de conteúdos de Bardin, foram realizadas leituras sistemáticas dos artigos elegidos pelos critérios de inclusão estabelecidos, e por meio dessa leitura foram estabelecidos e identificados blocos temáticos, os quais foram categorizados, ou seja, elementos agrupados por sua afinidade e similaridade (Bardin, 1977).

A autora, coloca o processo de categorização desenvolvido em duas etapas: O inventário, em que os elementos são isolados, elementos esses estabelecidos pelos critérios de inclusão e divididos entre os integrantes, de forma que cada artigo eleito fosse lido por no mínimo 2 integrantes. Assim, foi feita uma síntese para retirada do conteúdo principal de cada artigo e posto em discussão para a segunda etapa, a classificação a partir dos elementos semelhantes encontrados (Bardin, 1977).

A partir da leitura e categorização, foram identificados três blocos temáticos, sendo eles: I. Generificação da mulher: lugar de cuidadora e o “papel” social da mulher; II. A mulher no contexto de isolamento social: do campo à pandemia; e III. Sobrecarga e suas facetas encontradas em mulheres multipapéis.

## 8. RESULTADOS

### GENERIFICAÇÃO DA MULHER: LUGAR DE CUIDADORA E O “PAPEL” SOCIAL DA MULHER

A presente categoria temática tem em seu acervo subtemas que dialogam entre si a respeito do trabalho reprodutivo exercido pela mulher, bem como a divisão sexual do trabalho, ambas discussões em um sentido que perpetuam o cuidado engendrado e atrelado como algo particular e pertencente à mulher nas relações que estabelece, principalmente em contexto familiar. Para tanto, nesta categoria foram analisados os textos dos autores: Emidio, Okamoto e Santos, (2023); Horta *et al.* (2022); Duarte e Spinelli, (2019); Dias, Berger e Lovisi, (2020); Vieira, Anido e Calife, (2022) e Okamoto, Santos e Emidio, (2023).

No que diz respeito à generificação da mulher nesse lugar colocado de cuidadora como um “papel” social, muito visto entre os autores citados acima. Dentre esses Emidio, Santos e Okamoto (2023) trazem tópicos interessantes a respeito do controle exercido sob a mulher onde “o controle sobre os corpos femininos tornou-se cada vez mais um ativo político, mercadoria cobiçada e sujeita à permanente fiscalização” (p. 507), ainda relatam a grande “tendência de naturalizar o cuidado como feminino perpetua o lugar socialmente delegado às mulheres: o espaço privado, a intimidade familiar”; (p. 507). Os autores elencam ainda no que diz respeito à funcionalidade da mulher contemporânea, exige-se que “a mulher contemporânea é incentivada a se revelar multitarefa e multifuncional, isto é, capaz de exercer com competência múltiplas e simultâneas atividades” (p. 507). Apontam também uma sequência quase que como um efeito dominó onde a mulher se encontra, dentro dessa visão patriarcal, em uma posição de autoexigência que desencadeia no cuidado de seus familiares, gerando assim o que se chama de negligência em autocuidado (p. 512), que nada mais é que a não priorização do seu cuidado por direito.

Horta *et al.* (2022) abarcam em suas pesquisas sobre o cuidador familiar, através da mesma foi possível ver a prevalência das mulheres no centro do cuidado, onde além de realizarem as ações algumas recebiam auxílios de outras figuras femininas, no qual “quem geralmente assume essa responsabilidade são filhas, esposas, noras, irmãs, ou outras mulheres” (p. 307), evidenciando a generificação da mulher no “papel” social de cuidadora. Assim como, Dias, Berger e Lovisi (2020), relatam sobre a predominância feminina na rede de apoio das cuidadoras, onde trazem a desvalorização dos cuidados realizados por elas. Além disto, Horta *et al.* (2022), discorrem que as mulheres cuidadoras viam o familiar que

cuidavam “como centro de suas vidas e não conseguiam se perceber separadas deles” (p. 308), que se encaixa na visão patriarcal e posição de autoexigência mencionadas pelos autores Emidio, Santos e Okamoto (2023).

Fazendo uma associação entre as evoluções e mudanças na tentativa de coibir a ótica patriarcal os autores Emidio, Santos e Okamoto (2023) trazem que o uso e divulgação de métodos contraceptivos como o anticoncepcional, a entrada e manutenção dessas no mercado trabalhista, acesso à educação e direitos como o do divórcio e também a participação em eleições tendo seu voto considerado obrigatório como grandes avanços nessa ideologia de “papel” social da mulher. Seguindo essa linha Okamoto, Santos e Emidio (2023) em outro artigo apresentaram questões similares como essa conquista do espaço público “(...) retirou as mulheres do lugar tradicional de presença permanente na casa, centro gravitacional da família e grande “gestora do lar”, abrindo novos horizontes para a inscrição do feminino para além do exclusivo papel de cuidadora da vida dos filhos e do marido” (p. 7). Por fim dissertam que a atual situação desse “papel” é o de uma fusão entre as “funções tradicionais atribuídas às mulheres na rotina doméstica, na qual já acumulavam o papel feminino tradicionalmente reservado à maternidade, acrescido do papel profissional característico do contemporâneo” (p. 9).

Ainda no que diz respeito às funções impostas e esperadas da mulher a ideia da concepção e ser mãe, ou seja, o trabalho reprodutivo como uma categoria também presente nas análises realizadas dos autores. Emidio, Santos e Okamoto (2023) trazem que a mulher contemporânea se encontra em uma situação onde deve “conciliar suas tarefas com o trabalho reprodutivo (...) necessário para garantir a subsistência e sustento da vida familiar (p. 506) e relatam também que a realidade existente é a de que possui uma “tendência de vincular este afeto ao corpo feminino e à sua propriedade fisiológica de abrigar a procriação e a gestação” (p. 507) ou seja, o que dizem mais à frente, a visão do gestar e a maternidade como “destino” (p. 507). Em outro artigo os autores Okamoto, Santos e Emidio (2023) trazem que ao analisar historicamente “(...) trata-se de uma mulher que, no contexto da família contemporânea, sempre esteve sobrecarregada por inúmeras demandas (p. 5) e também citam que quando a mulher-mãe não está centralizada na família não há quem ocupe esse local denominado é quando (...) fortalecem-se os espaços dos cuidados institucionais (escolas, hospitais, consultórios médicos e psicológicos) e a medicalização passa a atravessar a vida familiar para o controle do comportamento errático das crianças.” (p. 7).

Não menos importante, outro fator que apareceu entre os autores foi a divisão sexual do trabalho. Segundo Duarte e Spinelli (2019), a divisão é decorrente das relações de gênero,

onde aos homens são designados à esfera de trabalho produtivo assalariado, e as mulheres à esfera reprodutiva, como o trabalho doméstico ou trabalho invisível, sendo reconhecido ideologicamente como dever. Para os autores Emidio, Santos e Okamoto (2023) a mulher que está inserida no mercado de trabalho “(...) se vê obrigada a conjugar o exercício profissional com os afazeres domésticos e as funções de cuidar do lar e dos filhos” (p. 506), que se conecta ao que Okamoto, Santos e Emidio (2023) dizem que ao se encontrarem em situações de desamparo podem recorrer a “(...) soluções imediatistas, entendendo que o problema é pessoal, que é ela quem fracassou em sua função, o que legitima a culpa que sente por ter feito a escolha de estar também presente no universo laboral” (p. 8) e dentro disso os autores Emidio, Santos e Okamoto (2023) citam que se espera desta mesma mulher que ela seja “trabalhadora bem-sucedida, esposa devotada, boa amante, amiga dos filhos e gestora competente do lar” (p. 508) que demonstra como é esperado que essa mulher de fato seja multiplicidade de papéis assim como dito por Okamoto, Santos e Emidio (2023):

(...) Embaladas pelos enunciados ideológicos que se camuflam nas nomenclaturas enaltecidas, tais como “guerreira”, “leoa”, “fortaleza”, “heroína”, “estrela do lar”, as mães muitas vezes ocultam suas dores, renunciam a seus projetos e sufocam seus desejos, como se tivessem que carregar a sina de perpetuar um padrão de comportamento feminino que não cabe mais no mundo contemporâneo (Okamoto, Santos e Emidio, 2023, p. 8).

Além dessa mulher multifuncional, Vieira, Anido e Calife (2022) trazem o contexto do trabalho em grande proporção, fazendo uma crítica ao papel do cuidado que apesar de estar atrelado no que diz respeito a divisão sexual do trabalho, os autores apontam um dado de desigualdade onde ainda há mais homens que mulheres na medicina como profissional bem como nos cursos de graduação (p. 52). Além disso, os autores trazem a questão da desigualdade salarial ainda muito presente onde homens, mesmo que em igual profissão recebem mais, ocupam cargos de maior importância como de chefes, coordenadores que consequentemente trazem um salário maior.

## **A MULHER NO CONTEXTO DE ISOLAMENTO SOCIAL: DO CAMPO À PANDEMIA**

Nessa categoria temática, foi feito um apanhado de subtemas que apareceram junto e de alguma maneira se conversam no que é dito pelos autores, nela temos o aparecimento dos autores: Sganzerla *et al.* (2021); Beserra, Hennington e Pignatti (2023); Dalcin e Ferreira Neto (2021); Emidio, Okamoto e Santos (2023); Okamoto, Santos e Emidio (2023); Vieira, Anido e Calife (2022); Pereira *et al.* (2020); e Dias, Berger e Lovisi (2020).

O principal se dá a respeito do contexto de isolamento, Sganzerla *et al.* (2021) trazem em seu conteúdo a realidade camponesa e como esses lugares de moradia proporciona o isolamento físico de pessoas bem como de serviços “as camponesas também enfrentam dificuldades para acessar bens e serviços indispensáveis à vida” (p. 3), os autores relatam ainda que o que diz respeito à noções de saúde mental e acesso a bem-estar não são existentes na vida dessas mulheres que se encontram isoladas sócio-culturalmente, o que faz com que as mesmas estejam em situações de violações, ou seja, o processo de vulnerabilização decorrente também da falta de acesso no que diz respeito até mesmo de informações, onde citam inclusive a questão da Lei Maria da Penha, fazendo com que essas mulheres estejam em violência sem apoio. Ainda no contexto rural, cabe aqui uma crítica aos autores Beserra, Hennington e Pignatti (2023), em seu artigo trazem o contexto de mulheres trabalhadoras rurais, apesar da temática parecer levar em consideração esse isolamento, desconsidera-se esse tema, visto que apesar de utilizarem e estar em outras categorias não foi pensado em como esse contexto rural influencia na saúde mental dessas mulheres.

Ainda falando de isolamento é importante considerar que dentro do período temporal que foi realizado nas pesquisas de artigos engloba um período crítico vivido no mundo todo: a pandemia de *Covid-19*. Por esse motivo, alguns artigos foram encontrados onde esse período temporal surgiu como um grande fator para o adoecimento de mulheres multipapéis e aqui especificamente citado como fator de isolamento social.

Emídio, Okamoto e Santos (2023) por sua vez, dissertam a perspectiva da solidão das mães nesse período da pandemia relacionando ao aumento de situações de estresse e também da hiper convivência, utilizando inclusive da definição de “*burnout* parental” (p.512) para explicar a resposta sentida por essas mulheres no contexto de isolamento como o externo e a proximidade impossibilitada de ser revertida dentro de suas casas. Fazendo ligação em Fechamento Das Escolas Durante A Pandemia De Covid-19: Experiências Maternas Com Filhos Em Idade os autores relacionam a questão das escolas sendo fechadas nesse período, ocasionando uma maior sobrecarga e efeitos provenientes do contexto de isolamento. Em ambos os textos, os autores citam como todo esse contexto corrobora para que o autocuidado das mulheres, muitas vezes já negligenciado, seja deixado de lado, já que como já dito na categoria anterior se impõe esse local de cuidadora.

Ainda nesse contexto de isolamento provocado pela doença *Covid-19*, os autores Vieira, Anido e Calife (2022) agem aqui como um complemento ao trazer a perspectiva das mulheres profissionais da saúde que se encontraram na linha de frente da pandemia, ao considerar uma sociedade que possui a ideia da mulher como cuidadora, nesse contexto da

saúde vê-se uma certa discrepâncias. Em seu artigo, os autores fazem um apanhado em relação à quantidade de mulheres profissionais da saúde na categoria médica e verificam que a porcentagem chega a ser menor que a de homens, mas o que se mantém é a desigualdade salarial que existe. Há uma crítica no próprio título do artigo quando perguntam “é mais difícil para elas?”. Considerando o trabalho profissional dessas mulheres somado ao não-remunerado que a seguir será retratado, os autores trazem que “o acúmulo de atividades domésticas foi enorme” (p. 57); além disso uma crítica apresentada pelos próprios autores diz de um lugar de multipapéis:

o cuidado com o lar, com as crianças e animais é invisibilizado na vida de mulheres trabalhadoras que, mesmo após um longo dia de trabalho, chegam em casa e se deparam com funções e afazeres não atribuídos aos homens do lar (Vieira, Anido e Calife, 2022, p. 58).

Diante de todo esse contexto, os autores Pereira *et al.* (2020) e Dias, Berger e Lovisi (2020) relatam uma questão muito importante para essa discussão: a rede de apoio. Considerando o contexto de isolamento tanto físico como no caso de mulheres camponesas, como o isolamento social provocado pela pandemia, é importante pensar a respeito desse apoio que pouco ocorre fora desses contextos, agravando ainda mais esse inacessível recurso. Para Pereira *et al.* (2020) existe em tese existem níveis de redes de apoio, dividindo-se em apoio familiar, serviços de saúde, creche e demais formas, onde o primeiro diz respeito ao homem pai/marido que em teoria deve-se apoiar a mulher esposa, dividindo-se entre marido e pai, além de colocar os avôs/avós como uma segunda rede dentro dessa que se chama familiar onde teria a figura feminina como substituta da mãe e a figura masculina não tão expressiva assim; no segundo nível eles trazem as organizações públicas como tendo um papel importante para esse cuidado; quando trazem as creches de outras formas de apoio colocam como um último nível quando os demais falharam.

Partindo desse mesmo tema os autores Dias, Berger e Lovisi (2020) dissertam que no contexto de epidemia do zika vírus a responsabilidade foi jogada para as mulheres que para além de sua posição como mulher foi adicionado à sua parte mãe, pois era transmitido para os bebês ainda na barriga podendo gerar a microcefalia, tema central do artigo deles. Em se tratando responsabilizá-las inclui desconsiderar outras responsabilidades necessárias ainda mais pensando em rede de apoio “(...) eximindo a responsabilidade do Estado e retirando outros fatores determinantes nesse processo, com o apoio da mídia que endossa e amplifica tal prática” (p. 5). Um conceito muito interessante que os autores trazem é o de violência institucional que diz respeito à falta de informação, bem como de acolhimento por parte das organizações públicas, concordando com o que Pereira *et al.* (2020) citaram como forma de

apoio para mulheres. Além do citado Dias, Berger e Lovisi (2020) consideram ainda que quando há apoio é proveniente de outras mulheres, fazendo com que se comprove ainda mais o papel imposto à mulher como cuidadora.

## **SOBRECARGA E SUAS FACETAS ENCONTRADAS EM MULHERES MULTIPAPEIS**

De acordo com Horta *et al.* (2022), é esperado que as mulheres desempenhem o papel de cuidadora do lar e da família, gerando assim a sobrecarga em vários níveis e que acabam afetando a qualidade de vida das mulheres. Este mesmo autor, considera o conceito de dois tipos de sobrecarga, a objetiva que é aquela que atinge diretamente áreas como financeiro, a privação da vida social e profissional bem como a difícil realização de tarefas devido ao acúmulo delas; e a sobrecarga subjetiva que é composta por preocupações, sentimentos negativos e percepções desagradáveis devido a sobrecarga.

Foi realizado nesta categoria temática um apanhado de subtemas que convergem entre si de acordo com as falas trazidas pelos autores. Foi possível observar tal convergência nos seguintes autores: Sganzerla *et al.* (2021); Emidio, Okamoto e Santos (2023); Vieira, Anido e Calife (2022); Dalcin e Ferreira (2021); Beserra, Hennington e Pignatti (2023); Santos *et al.* (2023); Okamoto, Santos e Emídio (2023).

Em primeiro lugar, entre os subtemas, foi discutida a sobrecarga emocional vivenciada pelas mulheres. Vieira, Anido e Calife (2022) trazem a sobrecarga de mulheres profissionais da saúde no contexto da pandemia, onde em seu conteúdo relata a sobrecarga do trabalho e trabalho doméstico domiciliar durante o período da COVID-19 e como isso afetou a saúde mental das respectivas. O estudo foi realizado através de entrevistas, onde se obteve como resultado respostas em relação à avaliação da sobrecarga, alterações no humor, irritabilidade, desânimo — fatores esses também discutidos por Emídio, Okamoto e Santos (2023), que, por meio de entrevistas, abordaram a solidão e sobrecarga materna na COVID-19. Os resultados foram subdivididos em categorias, sendo que a primeira relata as consequências das tarefas de cuidados realizados pelas mulheres, como exaustão psíquica, tristeza, medo, desesperança, desânimo, cansaço, entre outros.

Além disso, Dalcin e Ferreira (2021) abordam em suas discussões o isolamento e sofrimento das mulheres, realizando uma pesquisa que trouxe o sofrimento e sobrecarga diante da pandemia. “(...) O acúmulo de atividades domésticas e de cuidado com os filhos, aliado ao trabalho formal, estudo tendem a se intensificar durante o período de isolamento em



casa. Nessa categoria, termos como ‘sobrecarregou’, ‘organização’, ‘lavar’, ‘limpar’, ‘organizar’, ‘sobrecarregam’, ‘sobrecarregada’, ‘esgotamento’ e ‘produzir’ foram extraídos das narrativas para representar essa sobrecarga expressa pela maioria" (Dalcin e Ferreira, 2021, p. 193).

Santos *et al.* (2023) abordam o sofrimento psíquico de mulheres cuidadoras de crianças com microcefalia, através de coletas de dados. “(...) Pesquisas demonstraram que os prejuízos sociais, emocionais e físicos são intensificados pelo abandono aos estudos, falta de atividades de lazer, além da sobrecarga emocional decorrente do cuidado. Diante dessa situação, o cuidador pode se tornar mais vulnerável a adquirir doenças mentais” (Santos *et al.*, 2023, p. 12). Nesse contexto, a mulher acaba assumindo o papel de cuidadora, além dos outros que já exerce.

Adicionalmente, Sganzerla *et al.* (2021) trazem a perspectiva da mulher rural com a coleta de relatos que abordam a sobrecarga no campo, onde é vivenciada pelas mulheres uma jornada tripla de trabalho, situações de vulnerabilidade, relações familiares conflituosas, pobreza e isolamento social, entre outras condições que levam ao adoecimento emocional:

Quanto ao que afeta a saúde mental, algumas camponesas citaram sentimentos como nervosismo, negatividade, preocupações, estresse, ansiedade, sofrimento e não estar feliz. (Sganzerla *et al.*, 2021, p. 9).

Beserra, Hennington e Pignatti (2023) também falam das trabalhadoras rurais, abordando a sobrecarga emocional advinda da exaustiva jornada de trabalho no campo e doméstico, ressaltando o que foi discutido anteriormente por Sganzerla *et al.* (2021). De acordo com as entrevistas realizadas, “(...) o estresse, a ansiedade e a depressão foram as morbidades relacionadas ao trabalho e saúde mental mais presentes nas mulheres rurais” (Beserra, Hennington e Pignatti, 2023, p. 308). Eles também trazem a violência como um dos fatores de sofrimento. “(...) A violência (sexual, física, verbal e psicológica) também se apresentou como fator relevante no sofrimento mental das trabalhadoras, tanto no ambiente formal do trabalho assalariado, quanto no ambiente doméstico – vinculado à realização das atividades remuneradas autônomas e de reprodução social” (Beserra, Hennington e Pignatti, 2023, p. 308).

Ainda, na categoria temática sobrecarga de trabalho profissional, Pereira *et al.* (2020) destacam o conflito entre as esferas trabalho-família, mostrando que as mulheres assumem múltiplas responsabilidades profissionais e domésticas, enquanto os homens participam minimamente nas tarefas do lar, mesmo quando mais envolvidos com os filhos. A sobrecarga

feminina se reflete em cansaço físico e mental, prejudicando tanto o desempenho no trabalho quanto a dinâmica familiar.

Além disso, Dias, Beber e Lovisi (2020) abordam a sobrecarga no contexto da epidemia de zika, focando nas mães como principais cuidadoras de crianças com deficiência. A responsabilização das mulheres pelo cuidado e prevenção da doença reforça desigualdades de gênero, enquanto os homens permanecem ausentes das tarefas de cuidado. Para os autores, essa dinâmica reflete desigualdades de gênero amplificadas pela mídia e pelo Estado, que se eximem de suas responsabilidades e reforçam a vulnerabilidade das mulheres.

Por outro lado, Emídio *et al.* (2023) exploram a sobrecarga materna na pandemia de COVID-19, evidenciando o aumento do estresse pela hiper convivência e pela necessidade de conciliar trabalho remoto e cuidados com os filhos. O esgotamento emocional e físico foi amplificado pela falta de apoio social e pela ineficiência estatal durante a crise sanitária.

Assim, tanto os estudos de Dias, Beber e Lovisi (2020) quanto Emídio, Okamoto e Santos (2023) concordam ao enfatizar que, em momentos de crise — seja a epidemia de zika ou a pandemia de COVID-19 — a sobrecarga sobre as mulheres é intensificada. Ambos destacam que, nesses contextos, as mulheres são responsabilizadas pelo cuidado dos filhos e pela gestão do lar, enquanto os homens permanecem ausentes das tarefas de cuidado, ampliando o fardo feminino. Além disso, os dois autores apontam a falta de suporte adequado por parte do Estado, o que agrava a vulnerabilidade das mulheres e perpetua as desigualdades de gênero.

Assim, Pereira *et al.* (2020), Dias, Beber e Lovisi (2020), e Emídio, Okamoto e Santos (2023) concordam ao enfatizar a sobrecarga que recai sobre as mulheres na conciliação entre trabalho e responsabilidades domésticas, com impacto direto em sua saúde física e mental.

Em resumo, embora os três estudos abordam contextos diferentes – a rotina familiar geral, a epidemia de zika e a pandemia de COVID-19 –, eles convergem ao apontar que a sobrecarga feminina é intensificada pela ausência de uma divisão justa das tarefas domésticas e pelo insuficiente suporte institucional e social.

Ademais, a sobrecarga física é algo que também tem sido considerado nos estudos sobre as mulheres. Beserra, Hennington e Pignatti (2023) trazem dados sobre as mulheres trabalhadoras rurais, onde a sobrecarga física aparece em todos os estudos feitos por eles neste artigo. Aponta-se também como maior acometimento os distúrbios osteomusculares cujo sintomas são dores nos membros superiores e inferiores e ainda segundo ele, esses distúrbios se devem por movimentos repetitivos, levantamento de pesos, entre outros. A

sobrecarga física também é relatada pelo autor Santos et al. (2023) quando se refere a sobrecarga física de mulheres que cuidam de crianças com doenças crônicas como a microcefalia devido ao nível de incapacidade física destas crianças. Não muito diferente, o autor Emídio, Okamoto e Santos (2023) relata a exaustão física das mulheres que tiveram que cuidar de sua família nos tempos de COVID-19. Os três autores citados consideram a sobrecarga física como um dos fatores importantes e que apontam uma questão que influencia diretamente na qualidade de vida das mulheres.

Ainda, a discussão sobre o trabalho doméstico como uma atividade invisibilizada e não remunerada emerge de maneira significativa nas análises de Vieira, Anido e Calife (2022), Emídio, Okamoto e Santos (2023) e Duarte e Spinelli (2019), revelando como esse aspecto da vida das mulheres foi exacerbado durante a pandemia da COVID-19. Em todos os textos ("Mulheres Profissionais da saúde e as repercussões da pandemia da Covid-19: é mais difícil para elas?", "Solidão e Sobrecarga Materna em Tempos de Pandemia de COVID-19 à Luz da Escuta Psicanalítica dos Vínculos e Estereótipos de gênero, divisão sexual do trabalho e dupla jornada"), o trabalho doméstico é apresentado não apenas como uma responsabilidade tradicionalmente atribuída às mulheres, mas como um elemento central que impacta diretamente sua saúde mental e suas oportunidades de desenvolvimento profissional.

Nesse sentido, Emídio, Okamoto e Santos (2023) aprofundam a discussão ao abordar a "economia de cuidados", evidenciando que as mães, ao tentarem equilibrar suas funções profissionais com as demandas do lar, enfrentam uma pressão desmedida. O fechamento de escolas e creches durante a pandemia retirou as redes de apoio e, como resultado, as mulheres ficaram mais sobrecarregadas, tendo que conciliar as tarefas domésticas com a educação das crianças. Essa situação revela como o trabalho de cuidado é frequentemente desvalorizado e invisibilizado, perpetuando a ideia de que essas tarefas são inerentemente femininas e, portanto, não dignas de remuneração ou reconhecimento.

Para complementar essa análise, Duarte e Spinelli (2019) enfatizam a necessidade de um olhar crítico sobre as políticas públicas que ignoram o trabalho não remunerado. Eles argumentam que a idealização da maternidade e do cuidado familiar não apenas subestima a importância desse trabalho, mas também contribui para a manutenção de desigualdades de gênero. Essa invisibilização do trabalho doméstico resulta em uma falta de suporte institucional e social, reforçando a carga já pesada sobre as mulheres.

Além disso, Emídio, Okamoto e Santos (2023) e Vieira, Anido e Calife (2022) convergem em suas análises sobre o impacto da pandemia no trabalho das mulheres, destacando a significativa sobrecarga enfrentada por elas, que acumulam responsabilidades

tanto no âmbito profissional quanto no doméstico. Ambos ressaltam a invisibilidade do trabalho doméstico, frequentemente desvalorizado e não remunerado, o que perpetua a desigualdade de gênero.

Ambos os autores Emídio, Okamoto e Santos (2023) e Dias, Beber e Lovisi (2020) reconhecem que a divisão das tarefas domésticas nas famílias ainda é marcada por uma desigualdade significativa, onde as mulheres continuam assumindo a maior parte das responsabilidades, mesmo quando têm atividades profissionais fora de casa. Esse ponto de convergência destaca que a sobrecarga feminina nas atividades do lar é uma realidade comum em diferentes contextos socioeconômicos, algo que atravessa as classes sociais e permanece amplamente sustentado por normas culturais que reforçam papéis de gênero tradicionais.

Tanto Emídio, Okamoto e Santos (2023) quanto Dias, Berger e Lovisi (2020) apontam que essa divisão desigual está enraizada em uma cultura que historicamente associa as mulheres às tarefas domésticas e ao cuidado da família, enquanto os homens são direcionados para o trabalho fora do lar. Assim, a perpetuação dessa dinâmica nas famílias mantém e reforça desigualdades de gênero que afetam tanto o cotidiano quanto às oportunidades e a qualidade de vida das mulheres.

No entanto, os autores divergem na maneira como abordam as consequências dessa realidade. Emídio, Okamoto e Santos (2023) enfatizam o impacto psicológico e emocional da sobrecarga de trabalho doméstico nas mulheres, destacando que além da exaustão física, muitas sofrem com altos níveis de estresse e ansiedade. O estudo sugere que a falta de uma divisão mais equitativa dentro das famílias afeta negativamente o bem-estar emocional das mulheres e propõe uma maior participação dos homens nas tarefas do lar como forma de aliviar essa pressão.

Já Dias, Berger e Lovisi (2020) abordam a questão a partir de uma perspectiva mais socioeconômica, focando nas implicações que essa divisão desigual tem para o desenvolvimento profissional das mulheres. Eles argumentam que o tempo gasto em atividades domésticas limita as oportunidades de carreira e progresso no mercado de trabalho feminino. Além disso, Dias, Berger e Lovisi (2020) defendem a importância de políticas públicas que incentivem os homens a participar mais ativamente das tarefas domésticas, promovendo maior equidade tanto nas relações familiares quanto no ambiente de trabalho.

Assim, entende-se que o trabalho afeta a sobrecarga das mulheres principalmente pela falta de uma divisão justa das responsabilidades domésticas e profissionais, resultando em múltiplas jornadas. Pereira *et al.* (2020) apontam o conflito entre trabalho e família, onde as mulheres assumem responsabilidades tanto no âmbito profissional quanto no doméstico, com

pouca participação dos homens nas tarefas do lar. Da mesma forma, Dias, Beber e Lovisi (2020) e Emídio, Okamoto e Santos (2023) reforçam essa sobrecarga, evidenciando como crises, como a epidemia de Zika e a pandemia de COVID-19, ampliam o fardo feminino, destacando o impacto emocional e físico dessa desigualdade.

## **DISCUSSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante toda a pesquisa realizada surgiram alguns questionamentos e concordâncias em relação ao conteúdo obtido e para além disso os objetivos que não foram ou foram alcançados com esse trabalho. A partir da leitura dos artigos elencados, percebe-se a generificação do cuidado, sua restrição e vinculação à mulher, os autores convergem e demonstram um posicionamento crítico que diz respeito a um estabelecimento de uma dinâmica social que perpetua este a ocorrência deste tipo de fato. Conforme apontam Carvalho *et al.* (2008), há duas perspectivas em que se pode analisar a temática: uma de ordem psicobiológica, que vai dizer sobre fatores de evolução parental, a combinação de um potencial genético a fatores ambientais (investimento parental), nos quais a mulher possui uma predisposição maior ao cuidado com a prole em relação ao homem; em contrapartida, há a perspectiva culturalista, em que há o estabelecimento da personalidade pela cultura, por meio da cultura há a seleção de qualidades e características necessárias para o desempenho de cada papel em sociedade, e por meio do condicionamento cultural se perpetuam.

Ao dizer da generificação, diz-se muito da desigualdade de gênero, do trabalho não remunerado e das sobrecargas por ele advindas, os autores trazem a perspectiva de um direcionamento do cuidado entendido pelo social para as mulheres como parte de sua responsabilidade e de uma constituição própria do que é ser mulher, para tanto, é limitador dizer que o cuidado concerne ao papel da mulher por meio de um aspecto psicobiológico, há ainda uma abordagem sobre o tema por meio da perspectiva da ideologia de gênero, que discorre sobre a alocação de tempo do trabalho reprodutivo ser dividida conforme as relações de gênero, a expressão do trabalho feminino sob o contexto não remunerado ser parte do que se entende via social por identidade feminina (Medeiros; Pinheiros, 2013). Portanto, entende-se como necessário ainda destrinchar as raízes dessa vinculação tão arraigada da imagem da mulher ao cuidado, sendo os múltiplos papéis por ela exercidas de cuidado familiar, de ordem social e laboral, bem como analisar ainda as subcamadas e interseccionalidades dentro dessa problemática e seus impactos sobre um papel imposto,

cabendo o questionamento do porquê consentido, ainda que sejam entendidas suas repercussões sob a visão da sociedade.

Como crítica, um dos objetivos desse trabalho era observar o que e como era dito a respeito sobre o ser mulher na posição de ocupar esse espaço de multipapel por autores que não fossem mulheres. Assim como trazido na tabela 2, alguns dos artigos eram mistos e um em específico (Pereira *et.al*) que possuía 2 homens como autores além das 3 mulheres, notou-se na própria grafia uma culpabilização da mulher como se fosse ela quem estivesse tomando para si as diversas tarefas. Impressionante é como mesmo falando a respeito de todos os percalços vividos diariamente por mulheres, ainda existem homens que ditam de maneira machista o que elas fazem ou deixam de fazer. Lembrando que o contexto apresentado pelos autores foi o brasileiro, que atualmente é um dos países com alto índice de feminicídio e de alta desvalorização feminina no mercado de trabalho.

Quando este trabalho ainda era um projeto de pesquisa uma das questões que surgiram foi a questão do lazer muitas vezes negligenciado e a culpa que acompanhava as mulheres. No processo de escolha de descritores, critérios de inclusão e exclusão, as opções de artigo que se enquadraram após a análise notou-se a escassez desse tema. A mulher como não somente mãe, mulher, esposa, dona do lar, trabalhadora externa, não foi enxergada como quem também possui esse direito. Sabe-se que a sobrecarga é também uma grande culpada e que em toda pesquisa feita deixa uma ponta solta para que os próximos estudos busquem também continuar a pesquisa nessa área, mas é algo a se pensar se considerar que após o filtro realizado dos 13 artigos selecionados nenhum falava sobre o direito e a relação da mulher com o lazer e conseqüentemente do autocuidado muitas vezes negligenciado.

A sobrecarga é perceptível na diversidade nos contextos dentro deste tema. Os estudos dos autores trazem diferentes situações em que a sobrecarga se manifesta, como no ambiente rural, no trabalho formal, no cuidado de crianças PCDs e em contextos pandêmicos. Essa variedade de situações permite discutir como a sobrecarga feminina afeta mulheres em diferentes classes sociais e ocupações.

Nos diferentes ambientes de trabalho a sobrecarga física é enfrentada por mulheres, como por exemplo as trabalhadoras rurais, que são particularmente vulneráveis a distúrbios osteomusculares devido à natureza repetitiva e fisicamente exigente de seu trabalho, como apontado por Beserra, Hennington e Pignatti (2023). Por outro lado, mulheres em contextos urbanos, como aquelas que atuam em trabalhos domésticos ou de cuidado, também enfrentam sobrecarga física intensa, mas muitas vezes de natureza diferente, como o cuidado de crianças com condições crônicas, o que exige um esforço físico contínuo.

Em contextos de cuidado infantil, como o cuidado de crianças com deficiência ou condições crônicas (Santos *et al.*, 2023), a sobrecarga física e emocional das mães que cuidam dessas crianças é ainda mais pronunciada, uma vez que elas assumem quase exclusivamente o papel de cuidadoras, enfrentando não apenas o peso do trabalho doméstico, mas também a responsabilidade contínua de cuidar de filhos PCDs.

Além disso, situações de crise, como epidemias e pandemias, deixam ainda mais evidente a vulnerabilidade das mulheres. Tanto na epidemia de Zika, mencionada por Dias, Beber e Lovisi (2020), quanto na pandemia de COVID-19, as desigualdades entre homens e mulheres ficaram mais claras, e a sobrecarga sobre as mulheres aumentou. Nesses momentos, as mulheres continuaram sendo as principais cuidadoras e enfrentaram a falta de apoio adequado do governo. As políticas públicas não foram suficientes para aliviar essa carga, o que piorou ainda mais as desigualdades que já existiam.

Foi possível observar a precariedade das políticas públicas nos contextos rurais, através dos marcos das violações de direitos sociais e de cidadania básicos trazidas pelas entrevistas realizadas por Sganzerla *et al.* (2020), como condições de vida precárias, onde as mulheres presentes nesse contexto vivenciaram exploração de mão de obra, trabalho escravo, violência no campo, baixo acesso a saúde pública de qualidade entre outras violações, há também a falta de conhecimento sobre os próprios direitos e legislações.

Evidenciando como a população do campo é deixada de lado, em ênfase as mulheres camponesas, que tiveram diversas consequências desse descaso, dentre eles impactos na saúde mental, física e emocional, segundo Sganzerla *et al.* (2020) as camponesas mencionaram problemas de saúde como síndrome do pânico, depressão, problemas osteoarticulares entre outros, advindos do contexto vivenciados.

Desse modo fica claro que é preciso ampliar o acesso à saúde pública, garantir a dignidade e seguridade social, para tanto é preciso uma atuação multiprofissional, Sganzerla *et al.* (2020), trás de um modo positivo a importância da atuação da equipe multi nesse contexto, onde o estudo realizado contribui para a ampliação de um novo olhar para a população rural com ênfase nas mulheres camponesas. Tais discussões contribuíram para a produção deste trabalho, onde conseguimos observar os diferentes contextos vivenciados pelas mulheres, não somente nos contextos que nos encontramos inseridos.

Apesar dos diferentes contextos, há uma convergência em comum, a sobrecarga vivenciada pelas mulheres, que enfrentam a pressão social de cumprir o papel socialmente imposto, Negreiros e Feres-Carneiros (2004), trazem a discussão sobre papel que a mulher vem desenhando, onde advém de um sistema que é normativo e que regula e define

comportamentos aceitáveis e inaceitáveis, com consequências e para a violação das regras, onde mulheres que não cumprem esse papel socialmente imposto, são julgadas, desamparadas, entre outras, já as que cumprem sofrem também as consequências físicas, emocionais, sociais e econômicas.

Foi analisado durante a leitura dos artigos o termo “mulheres guerreiras”, termo este que carrega juntamente uma carga simbólica, que normaliza a sobrecarga e perpetuam a ideia de que é de sua responsabilidade ou destino ser forte, aguentar e enfrentar tudo e qualquer situação sozinha, romantizando todo o sofrimento vivenciado, criando desse modo uma narrativa que só aumenta a pressão social sobre os papéis socialmente impostos, esse termo que para alguns podem ser entendido como elogio só reforça as problemáticas vivenciadas pelas mulheres, ser guerreira não deveria ser algo socialmente imposto, e sim algo em que a mulher possa escolher ser ou não diante das situações enfrentadas pelas mesmas.

Na construção deste artigo visou-se fomentar debates sobre os impactos na saúde mental da mulher, advindos de uma condição de construção sócio-histórica brasileira frente às mulheres multipapéis. Sabe-se que na pesquisa existem muitos braços e alçares, apesar de não conseguirmos alcançar é de grande importância que se pense no desenvolvimento de argumentos para a construção de políticas públicas que visem reduzir esses impactos e proporcionar uma melhor qualidade de vida para as mulheres multipapéis. Isso se alinha à responsabilidade do Estado como agente primordial na promoção e prevenção da saúde, subsidiando a criação de políticas públicas voltadas para a saúde mental da mulher. Ademais, investigou como a sociedade, composta em grande parte por mulheres, contribui para este adoecimento, sendo assim, podemos gerar uma reflexão a nível social levantando questionamentos sobre o que é esperado, cobrado ou necessário para que a mulher possa viver em sociedade minimizando o adoecimento mental trazidos pelas próprias questões culturais e sociais.

Além disso, é importante repensar como agimos na sociedade e na educação para quebrar os ciclos de sobrecarga que afetam as mulheres. Precisamos refletir sobre nossas ações, principalmente no que diz respeito à educação das meninas, para que elas não cresçam achando que o cuidado é algo que devem assumir apenas por serem mulheres. Ao questionar as expectativas sociais sobre as mulheres e pensar em formas de não passar esses mesmos papéis para as próximas gerações, podemos caminhar para uma sociedade mais justa, onde o cuidado não seja visto como responsabilidade exclusivamente feminina.

Diante do exposto, o estudo visou proporcionar à comunidade acadêmica uma compreensão mais clara da condição da mulher multipapéis e seus impactos na saúde mental,



destacando as contribuições do próprio meio acadêmico. Especificando e analisando os diferentes campos abordados em relação a essa temática, a pesquisa teve como pretensão elucidar como essa visão da mulher multipapel é construída e o que pode ser acrescentado para ampliar essa perspectiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Renata. **Síndrome da Mulher Maravilha: Autodiagnóstico e Autossuperação**. 2016. Disponível

em:<http://repositorios.org/bitstream/123456789/234/1/Síndrome%20%20da%20%20Mulher%20%20Maravilha%20-%20Autodiagnóstico%20e%20%20Autossuperação.p>. Acesso em: 17 out. 2024.

ARAÚJO, A. B.. Gênero no mundo do trabalho\*. **Cadernos Pagu**, n. 51, p. e175124, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/BzdK7PWcwkdQzLVSJzygfJm/#>. Acesso em: 17 out. 2024.

BARATA, R.C.B. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Boletim Técnico do PPEC, Campinas**, SP, v. 2, n. 1, p. 17p., 2017. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/boletins/index.php/ppec/article/view/9046>. Acesso em: 13 maio. 2024.

BAYLÃO, André Luiz da Silva; SCHETTINO, Elisa Mara Oliveira. **A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA (SEGET), 11., 2014, Resende. Anais [...]. Resende: AEDB, 2014. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/artigos2014.php>. Acesso em: 21 nov. 2024.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Tradução de Maria Helena B. P. de Moura. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1967.

BESERRA, L.; HENNINGTON, É. A.; PIGNATTI, M. G. Condições de trabalho e saúde de trabalhadoras rurais: uma revisão integrativa. **Saúde em Debate**, v. 47, n. 137, p. 298–315, abr. 2023.

BRASIL. Documento Técnico do Qualis Periódicos. CAPES. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Igualdade salarial**. Mulheres recebem 19,4% a menos que os homens, aponta 1º Relatório de Transparência Salarial. 2024. Disponível: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/mulheres-recebem-19-4-a-menos-que-os-homens-aponta-1o-relatorio-de-transparencia-salarial>. Acesso em: 17 out. 2024.

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Igualdade salarial**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/assuntos/igualdade-salarial>. Acesso em: 17 out. 2024.

BRUSCHINI, M. C. A.. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537–572, set. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/KybtYCJQvGnnFWWjcyWKQrc/#>. Acesso em 17 out. 2024.

CARVALHO, A. M. A. et al.. Mulheres e cuidado: bases psicobiológicas ou arbitrariedade cultural?. *Paidéia* (Ribeirão Preto), v. 18, n. 41, p. 431–444, set. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/9zWkvSsXsgSZQQRss8SKwhS/?format=html#>. Acesso em: 17 out. 2024.

DA PENHA SILVA, M. Mulheres negras: sua participação histórica na sociedade escravista. **Cadernos Imbondeiro**, v. 1, p. 1-8, 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/12/MULHERES-NEGRAS-SUA-PARTICIPACAO-HISTORICA-NA-SOCIEDADE-ESCRAVISTA.pdf>. Acesso em 15 de Nov de 2024.

DALCIN, L. R. e FERREIRA NETO, J. L. Isolamento social e sofrimento emocional de mulheres durante a pandemia de *Covid-19*. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 185-204, abr. 2021.

DE MAGALHÃES, T.A.L. O papel da mulher na sociedade. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 75, p. 123-134, 1980.

DIAS, F. M.; BERGER, S. M. D.; LOVISI, G. M.. Mulheres guerreiras e mães especiais? Reflexões sobre gênero, cuidado e maternidades no contexto de pós-epidemia de zika no Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n. 4, p. e300408, 2020.

DINIZ, S. da L.; SANTOS, S. R. G. **Saúde mental de mulheres donas de casa: um olhar feminista-fenomenológico-existencial**. (2018). *Psi. Clin.* Rio de Janeiro, vol. 30, nº 1. Acesso em 29 ago. 2024. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v30n1/03.pdf>

DINIZ, G. (2004). **Mulher, trabalho e saúde mental**. In Codo, W. (Org.). *O trabalho enlouquece? Um encontro entre a clínica e o trabalho* (p. 138-195). Petrópolis: Vozes

DUARTE, G.; SPINELLI, L. M. **Estereótipos de gênero, divisão sexual do trabalho e dupla Jornada**. *Sociais e Humanas*. v. 32, n. 2. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/36316>. Acesso em: 20 abr. 2024.

EMIDIO, T. S.; OKAMOTO, M. Y.; SANTOS, M. A. DOS .. Solidão e Sobrecarga Materna em Tempos de Pandemia de COVID-19 à Luz da Escuta Psicanalítica dos Vínculos. **Psico-USF**, v. 28, n. 3, p. 505–520, jul. 2023.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Lutas Feministas**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FLECK, A. C.; WAGNER, A. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. *Psicologia em Estudo*, v. 8, n. spe, p. 31-38, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/yJ7FJKchnyMrnhgPPp463yc/#>. Acesso em: 29 ago. 2024.

GONZAGA, Paula Rita Bacellar. **Psicologia Brasileira na Luta Antirracista**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2022. 1. ed. Capítulo 7: Interseccionalidade: uma contribuição do feminismo negro para a construção de práticas e conhecimentos antirracistas em Psicologia.

GROSGOUEL, R. **Racismo/sexismo epistêmico, universidades ocidentalizadas e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. 2013. *Revista Tabula Rasa*, n. 19. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39630036002>. Acesso em 15 de setembro de 2024.

GUEDES, M. E. F.. Gênero, o que é isso?. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 15, n. 1-3, p. 4–11, 1995.

HORTA, R. L. et al.. Famílias, gênero e hospitalizações psiquiátricas compulsórias. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 71, n. 4, p. 303–310, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero**. Indicadores sociais das mulheres no Brasil. 3 ed. 2022. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf). Acesso em: 17 out. 2022.

MADALOZZO, R.; MARTINS, S. R.; SHIRATORI, L. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais?. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 18, n. 02, p. 547-566, ago. 2010. Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2010000200015&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000200015&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 17 out. 2024.

MEDEIROS, M.; PINHEIRO, L. S.. Desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não pago no Brasil, 2013. **Sociedade e Estado**, v. 33, n. 1, p. 159–185, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/yjf6KzFkTcJJC5qrQF87PP/#>. Acesso em: 17 out. 2024.

MERLINI, S. As formações discursivas da experiência de gênero\*. **Cadernos Pagu**, n. 66, p. e226618, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/5Pq5yV4zCDGPj6JgKqzYtdh/#>. Acesso em: 09 set. 2024.

MONEY, J., HAMPSON, J. G. & HAMPSON J. L. (1955). **Hermaphroditism: recommendations concerning assignment of sex, change of sex, and psychological management**. Bulletin of the Johns Hopkins Hospital, 97, 301-319.

MORAES, C. V. de; ARANTES, I. da S; ALVES, V. de B. O; RESENDE, H. dos S. C; PEREIRA, R. F. As Percepções das perdas ocupacionais de mulheres cuidadoras dos parceiros tetraplégicos. **Revista Científica da Escola de Saúde Pública de Goiás - “Cândido Santiago”**. v. 9. 2023. Disponível em: <https://www.revista.esap.go.gov.br/index.php/resap/article/view/647>. Acesso em: 10 de set, 2024.

NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. **Rio de Janeiro: Bazar do Tempo**, p. 259-263, 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/12/MULHERES-NEGRAS-SUA-PARTICIPACAO-HISTORICA-NA-SOCIEDADE-ESCRAVISTA.pdf>. Acesso em 15 de nov de 2024.

NEGREIROS, T. C. de G. M.; FERES-CARNEIRO, T. Masculino e feminino na família contemporânea. **Estud. pesqui. psicol.** Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jun. 2004. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812004000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812004000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 26 mar. 2024.

NINA-E-SILVA, Claudio Herbert; ALVARENGA, Lenny Francis Campos de. **A importância histórica e as principais características dos Códigos de Hamurabi e de Manu**. Revista Jurídica Eletrônica, ano 6, n. 8, fev. 2017. Universidade de Rio Verde.

Organização Panamericana da Saúde/Organização Mundial de Saúde/ONU. **Saúde Mental, Nova Concepção, Nova Esperança. Relatório Sobre a Saúde Mental no Mundo - 2001**. Genebra: OMS; 2001. Disponível em:

[https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/42390/WHR\\_2001\\_por.pdf](https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/42390/WHR_2001_por.pdf). Acesso em: 28 ago. 2024.

OKAMOTO, M. Y.; SANTOS, M. A. DOS .; EMIDIO, T. S.. Fechamento Das Escolas Durante A Pandemia De Covid-19: Experiências Maternas Com Filhos Em Idade Escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, p. e244702, 2023.

PEREIRA, M. de O. **Mulheres e reforma psiquiátrica brasileira: experiências e agir político**. 537 f. 2019. Tese (doutorado em saúde pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2019.

PEREIRA, R. S; SANTOS, D.A. dos; BORGES, W. A mulher no mercado de trabalho. **Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luís Maranhão**, 2005.

PEREIRA, E; SOUZA, O. G; SMEHA, L. N; BOTTOLI, C; ABAID, J. L. W. Rede de apoio na conciliação família e trabalho: uma revisão sistemática de literatura. **Psicol. rev.** (Belo Horizonte), Belo Horizonte , v. 26, n. 2, p. 556-579, ago. 2020. Disponível em:<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682020000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682020000200005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 30 maio 2024.

PRATES, A.M.M.C, LOPES, D.A. O enlace entre Gênero, Etnia e Classe Social. **Revista Gênero**. V.20 n.2. p. 275-299, ago, 2020.

SANTOS, A. M. C. C. DOS .. Articular saúde mental e relações de gênero: dar voz aos sujeitos silenciados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 4, p. 1177–1182, jul. 2009. Disponível em: *link* . Acesso em: 25 mar. 2024.

SANTOS, Daniel Batista Conceição dos et al . **Qualidade de vida e sobrecarga de mães de crianças com microcefalia**. Enfermería Actual de Costa Rica. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.sa.cr/pdf/enfermeria/n45/1409-4568-enfermeria-45-55995.pdf> Acesso em: 15 set. 2024.

SGANZERLA, J.; CABRAL, F. B.; HILDEBRANDT, L. M.; TREZZI, I. Noções e práticas de cuidado em saúde mental na perspectiva de mulheres camponesas. **Revista de Enfermagem da UFSM, [S. l.]**, v. 11, p. e14, 2021. DOI: 10.5902/2179769243181. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/43181>. Acesso em: 15 set. 2024

TONELLI, M. J.. Nada de Novo no Front: As Mulheres no Mercado de Trabalho. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 27, n. 5, p. e230210, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/YftdG3VDmbffXZjNrQ6nrQn/#>. Acesso em: 08 set. 2024.

VALLE, P. R. D.; FERREIRA, J. de L. **CONTENT ANALYSIS IN THE PERSPECTIVE OF BARDIN: CONTRIBUTIONS AND LIMITATIONS FOR QUALITATIVE RESEARCH IN EDUCATION**. SciELO Preprints, 2024. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.7697. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7697>. Acesso em: 28 aug. 2024.

VIEIRA, J.; ANIDO, I.; CALIFE, K.. Mulheres profissionais da saúde e as repercussões da pandemia da Covid-19: é mais difícil para elas?. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 132, p. 47–62, jan. 2022.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 07–17, 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/303>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ZANELLO, V. FIUZA, G. COSTA, H. S. **Saúde mental, gênero e violência estrutural**. Rev. bioét. 2012. Acesso em 29 de agosto de 2024; Disponível em: [https://revistabioetica.cfm.org.br/revista\\_bioetica/article/view/745](https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/745). Acesso em: 17 out. 2024.